

A validade do conceito “populismo” e sua utilização para a análise de Montes Claros (MG) durante a administração municipal 1983-1988

The validity of the term "populism" and its use for the analysis of Montes Claros (MG) during the 1983-1988 municipal administration

Daniel Ferreira Coelho^{1*}
Ilva Ruas de Abreu^{**}

Resumo: O período final do regime militar e a ascensão do PMDB nas eleições de 1982, provocaram significativas alterações no contexto partidário brasileiro, e elas tiveram seus reflexos também em Montes Claros. Ainda assim, houve também continuidades que são fundamentais para a compreensão daquele momento e suas consequências. Uma delas é a busca da manutenção das relações de compromissos com o governo federal, a época ainda chefiado por militares, visando a garantia de investimentos, o que ocorreu principalmente através do “Programa Cidades de Porte Médio” realizado com o financiamento do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. A partir dos vultuosos recursos deste programa a administração municipal pode realizar um amplo conjunto de ações, que muitas vezes foram precedidos de diálogos diretos da população com o poder executivo local. O presente artigo visa questionar se essas práticas podem ser entendidas enquanto “populistas”, e inclusive questiona-se, através de uma ampla análise bibliográfica, a própria validade deste controverso conceito.

Palavras-chave: Política, populismo, movimentos populares, hegemonia.

Abstract: The final period of the military regime and the rise of the PMDB in the 1982 elections, caused significant changes in the Brazilian party context, and they also had their reflexes in Montes Claros. Still, there were also continuities that are fundamental to the understanding of that moment and its consequences. One is the pursuit of maintaining the relations of commitments with the federal government, then still headed by the military, for guaranteed investments, which occurred mainly through the "Porte Medium Cities Program" conducted with funding from the International Bank for reconstruction and Development. From the substantial funds this program the municipal administration can conduct a wide range of actions, which were often preceded by direct dialogue with the local population executive. This article aims to question whether these practices can be understood as "populist", and even wonders, through an extensive literature review, the very validity of this controversial concept.

Keywords: Politics, populism, popular movements, hegemony.

* Sociólogo, mestre em história social pelo programa de pós-graduação em história, da Universidade Estadual de Montes Claros, atualmente é Gerente de Educação a Distância das Faculdades Santo Agostinho em Montes Claros(MG).

** Professora, Economista, Doutora em História, coordenadora do programa de pós graduação – mestrado - em História pela Universidade Estadual de Montes Claros.

O período final do regime militar e a ascensão do PMDB, com a eleição de 9 governadores e diversos prefeitos nas eleições de 1982, provocaram significativas alterações no contexto partidário brasileiro, e elas tiveram seus reflexos também em Montes Claros. Ainda assim, houve também continuidades que são fundamentais para a compreensão daquele momento e suas consequências.

Uma delas é a busca da manutenção das relações de compromissos com o governo federal, a época ainda chefiado por militares, visando a garantia de investimentos, o que ocorreu principalmente através do “Programa Cidades de Porte Médio” realizado com o financiamento do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

O prefeito de Montes Claros, Luiz Tadeu Leite, eleito em 1982 conseguindo a primeira vitória pemedebista no município, procurou ter bom entrosamento com o governo federal desde o seu início, quando ainda estava sob a gestão pedessista, e como resultado obteve a liberação de significativos recursos, especialmente através do Programa Cidades de Porte Médio.

A partir dos vultuosos recursos deste programa a administração municipal pode realizar um amplo conjunto de ações, que muitas vezes foram precedidos de diálogos diretos da população com o poder executivo local. O presente artigo visa questionar se essas práticas podem ser entendidas enquanto “populistas”, e inclusive questiona-se, através de uma ampla análise bibliográfica, a própria validade deste controverso conceito

Em junho de 1983, o noticiário local aponta que “Tadeu destaca os méritos de Andreazza”², o que significou algo sintomático para se compreender a relação entre o executivo municipal e o federal, especialmente, tendo em vista que o ministro do Interior, Mario Andreazza, era uma das mais eminentes de todas as lideranças dos sucessivos governos militares, tendo sido auxiliar do presidente da República, desde o golpe de 1964, quando, primeiramente, fora chefe de gabinete do presidente Costa e Silva, e depois ministro dos Transportes, cargo que ocupou também no governo do presidente Médici. Andreazza, inclusive, esteve presente também na reunião do Conselho de Segurança Nacional que aprovou a instituição do Ato Institucional de nº 5, em 1968, o qual intensificou a repressão, durante o regime militar. (DELGADO, 2006)

Andreazza também disputou a convenção nacional do PDS, buscando se lançar como candidato a presidente da República nas eleições presidenciais indiretas de 1985, contando até mesmo com o apoio explícito do então presidente da República, general João Batista

² Montes Claros, Jornal do Norte, 29/05/1983, p. 01

Figueiredo, porém, foi derrotado pelo deputado paulista Paulo Maluf, por 493 a 350 votos. (DELGADO, 2006)

Retornando ao ano de 1983, o prestígio de Andreazza era a razão de tamanha deferência mas, certamente, não era despropositada, pois se encontrava vinculada ao ministro a principal fonte de recursos que o prefeito de Montes Claros disporia para executar seus objetivos que era o atendimento às demandas dos bairros da cidade, dentro das ações do Programa Cidades de Porte Médio (PCPM). (FERREIRA, 2002)

De acordo com Ferreira (2002), o Programa Cidades de Porte Médio foi estabelecido “através de um contrato entre o governo federal e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento”, e estava vinculado ao Ministério do Interior, que possuía um “Programa de Apoio às cidades de porte médio”, vinculado à sua Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano. (FERREIRA, 2002, p. 138)

O principal objetivo do Programa Cidades de Porte Médio era o apoio às cidades selecionadas, de modo a garantir o seu fortalecimento “através da maior dotação de investimentos”, a fim de “possibilitar a coordenação das diversas ações setoriais que nelas se realizariam”. (FERREIRA, 2002, p. 139) As ações setoriais, desse programa, atuavam basicamente em três vertentes: 1ª) Geração de emprego e renda; 2ª) Infraestrutura urbana e comunitária; 3ª) Administração municipal. (FERREIRA, 2002)

Dessa forma, o Programa Cidades de Porte Médio se estabelecia como o maior aporte de recursos da história do município, e tinha o ousado objetivo de criar uma “nova ordenação urbana”, com a “modernização administrativa da prefeitura” e a “intervenção através de políticas públicas geradoras de emprego e renda para as classes populares”. (FERREIRA, 2002, p. 143) Para cumprir esse propósito, o programa foi criado pela administração central do país, a partir de sua concepção sociológica que acreditava que a “urbanização do país se deu de forma concentrada, aliada a uma industrialização ineficiente quanto à oferta de empregos”. (OLIVEIRA, 2000, p.110)

Com esses recursos em mãos, a administração introduziu novos mecanismos de gestão, com ênfase no diálogo direto com a população, especialmente em bairros periféricos. Programas como o “Converse com o Prefeito” e o “Projeto Mutirão” são exemplares, nesse sentido.

O programa “Converse com o Prefeito” era uma das principais formas de canalização, por parte do município, das demandas populares, com a possibilidade de qualquer cidadão falar com o chefe do executivo, quando este abria seu gabinete para atendimento ao público todas as quintas-feiras, “atendendo em média 200 a 300 pessoas por dia”. (FERREIRA, 2002, p. 133)

O que ocorria a partir de 1984, ao nível do executivo local, era uma tentativa de aproximação do prefeito municipal com a população dos bairros, vilas e favelas, através do atendimento pessoal de suas reivindicações. Ao procurar estabelecer um contato direto com a população carente, a prefeitura municipal imaginava estar solucionando um dos problemas que travava a administração local; a definição de obras prioritárias a partir das reclamações diretamente levadas pelos moradores dos bairros àquele que, efetivamente, as resolveria. (FERREIRA, 2002, p. 132)

Além do “converse com o prefeito”, o executivo local desenvolveu a prática de realizar diversas reuniões, no modelo de assembleias nos bairros, para a definição das ações prioritárias nesses locais. As propostas, previamente definidas, eram levadas às comunidades, que elegiam a sua ordem de prioridade, num modelo bastante parecido com o que depois se convencionou denominar de “Orçamento Participativo”. (GUIMARÃES, 1997, p. 172)

A participação da população, nesse complexo de obras realizadas, se dava desde o momento da reivindicação até a sua efetiva execução. A administração municipal desenvolveu o chamado “Programa Mutirão”, que consistia em mobilizar a população beneficiada, por tais obras, na sua feitura. Neste programa, “as pessoas se disponibilizavam em determinados dias para efetuar serviços que a rigor eram de competência da Prefeitura Municipal”. (FERREIRA, 2002, p. 145)

A convocação da população ocorria previamente, com a indicação das ações que ocorreriam com a sua participação, conforme atesta o noticiário da época.

Começarão nesta quinta-feira as obras do XI Mutirão da Prefeitura, beneficiando os bairros Francisco Peres, Clarindo Lopes e Santa Rita II. No domingo será desenvolvido um maior número de realizações, devendo ocorrer ainda solenidades comemorativas ao mutirão, contando com a presença do prefeito Luiz Tadeu Leite, seus assessores e vereadores do PMDB. (...) Dentre as obras que serão executadas pela prefeitura, junto com os moradores dos bairros beneficiados, destacam-se: a implantação de horta comunitária na escola estadual Felício Araujo, construção de uma praça pública, instalação de um telefone público no final da rua Padre Feijó, no bairro Clarindo Lopes, cobertura de dois pontos de ônibus, vacinação de crianças, coleta de lixos, limpeza de lotes vagos, patrolamento e abertura de ruas, instalações de água e serviços hidráulicos e diversas outras pequenas obras.³

Esse *modus operandi* permaneceu na atuação da administração municipal até o final do mandato, durante a segunda metade da década de 1980, o que leva a um debate acerca da conceituação dessa prática. Em decorrência, um conceito que vem mente quando se depara com práticas como as já vistas em relação aos recursos do Programa Cidades de Porte Médio é o de “populismo”, inclusive autores como Evelina Oliveira (2000) e Marcelo Ferreira (2002)

³ Montes Claros, Jornal do Norte, 02/09/1984, p. 03

entendem que certas atitudes do prefeito pemedebista se enquadram no contexto de lideranças populistas. Este, porém, é um conceito amplo e controverso, que suscitou intensas polêmicas nos meios acadêmicos, o que torna imperativo uma revisão, de modo a definir se o caso montesclareense se enquadra nessa categoria.

Primeiramente, é importante destacar que, apesar de esse conceito ser muito citado para identificar políticos e práticas latino-americanas, outros autores de outros continentes também o usaram dentro de sua visão política. Lênin, por exemplo, utilizava esse termo para designar uma corrente pequeno-burguesa do movimento popular russo, nas décadas de 1860 e 1870, que, apesar de autoproclamada como socialista, não via o proletariado como a principal força revolucionária e também não acreditava nas massas populares como construtoras da história. Tal corrente no fim se desvincula do movimento e se concilia ao czarismo russo. (LENIN, 1979) Ainda sobre esta questão, outro europeu que discutiu o assunto foi o italiano Norberto Bobbio, que concluiu ser este um conceito impreciso, ambíguo, confuso e contraditório. (BOBBIO, *et al.* 1986)

No entanto, apesar de este termo ter sido utilizado em outras realidades, é na América Latina que ele irá se desenvolver se tornando objeto de reflexão, mais precisamente no debate teórico feito no Brasil, que muito contribuiu para o seu desenvolvimento.

Atualmente, o populismo como conceito é amplamente utilizado pelas Ciências Sociais, apesar de haver críticas que o denominam de “consolidado por uma certa sociologia paulista”, mesmo reconhecendo que ele é de “grande impacto nas Ciências Humanas e na política brasileira”. (AARÃO REIS, 2007) Essa referência ao Estado de São Paulo é fundamental para se entender o desenvolvimento desse conceito, que de fato começa a ser objeto de investigação, a partir de São Paulo e da sua política regional. (GOMES, 2001)

E é em território paulista que, em 1953, um grupo de estudiosos cria o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP). E já no seu primeiro ano começa a publicar o periódico “Cadernos do Nosso Tempo”, se debruçando sobre o surgimento do populismo na política brasileira, desde o primeiro momento. O artigo “Que é o Ademarismo?”, de autor não identificado, publicado por essa revista, é considerado pioneiro na discussão conceitual brasileira. (GOMES, 2001, p.33) Nele se estabelece as bases que nortearão o debate conceitual do populismo, ao alinhar o político paulista Ademar de Barros às práticas clientelistas e personalistas, porém, sem maior esforço de teorização e classificação acerca dessas características. (GOMES, 2001)

Entretanto, esse texto refere-se aos três elementos constitutivos do populismo, e estes permaneceram utilizados por boa parte daqueles que empreenderam o esforço de aprofundar e

buscar teorizar o conceito. (GOMES, 2001) Assim, o primeiro elemento é que o populismo é, antes de mais nada, um fenômeno de massas “vinculado à proletarização dos trabalhadores na sociedade complexa moderna” e de tal forma era “indicativo de que tais trabalhadores não adquiriram consciência e sentimento de classe: não estão organizados e participando da política como classe”. (GOMES, 2001, p.34) O segundo diz respeito à classe dirigente que perde, nos momentos de expansão do populismo, de certa maneira, a sua representatividade e poder. (GOMES, 2001) E, por fim, o terceiro elemento preconiza que a junção dos dois primeiros cria as condições que permitem o surgimento de um líder carismático que mobiliza essas massas sem consciência de classe, e exerce o poder perdido pelos dirigentes anteriores. (GOMES, 2001)

Embora não fosse a pretensão do autor, a identificação desses três elementos dialoga com o conceito de Gramsci, de crise de representação da classe dirigente, já apresentado anteriormente. Inclusive o próprio Gramsci o analisa sob o viés de uma liderança personalista, e demonstra também que esse exercício já havia sido feito por Nicolau Maquiavel, cinco séculos antes. A principal diferença é que, para os dois autores italianos, o “príncipe” poderia ser de fato um homem que ascende por sua política personalista, mas também poderia ser um partido político. (GRAMSCI, 1976). O fragmento abaixo reafirma esse ponto de vista.

Para se traduzir em linguagem política moderna a noção de “príncipe”, da forma como ela se apresenta no livro de Maquiavel, seria necessário fazer uma série de distinções: “Príncipe” poderia ser um chefe de Estado, um chefe de governo, mas também um líder político que pretende conquistar um Estado ou fundar um novo tipo de Estado; nesse sentido, em linguagem moderna, a tradução de “Príncipe” poderia ser “partido político”. (Gramsci, 1976, p.102).

Portanto, se fossem analisados apenas esses três elementos ficaria claro o enquadramento da situação de Montes Claros nessa categoria analítica, visão inclusive defendida por autores (não apenas por esses três elementos) como Oliveira (2000) e Ferreira (2002). Contudo, da forma como exposto, fica claro que, nesse momento, há pouca inovação conceitual, pelo contrário, há uma apropriação com a recontextualização do cenário paulista do século XX. Todavia, tal referência não fica, e nem ficará explícita, apesar do reconhecimento de certa inspiração marxista. (GOMES, 2001)

Talvez a principal novidade fosse exatamente uma das principais controvérsias que se encontram nesse conceito, que é a questão valorativa, que estará bastante presente, especialmente nos embates políticos em que, muitas vezes, se inserem uma forte carga pejorativa. (GOMES, 2001)

Pelo exposto, depois do desenvolvimento teórico do termo, a partir de São Paulo, o populismo foi estabelecido especialmente nos debates políticos que ocorreram no interior da sociedade, permitindo com que o termo passasse a ser utilizado para designar um político enganador, pois “são populistas os políticos que enganam o povo com promessas nunca cumpridas”, ou que utilizam a “retórica fácil com a falta de caráter em nome de interesses pessoais”. (GOMES, 2001, p. 31)

Essa valoração atendia a um interesse concreto da elite paulista, que via em Getúlio Vargas o arquétipo do populista, e do seu governo, principalmente a partir de 1950, como exemplar de “democracia populista”. Dessa forma, as categorias utilizadas para analisar o ademarismo foram atualizadas e transportadas para o getulismo, e a conclusão era de que a ascensão do líder populista era, portanto, a prova definitiva de que o “o povo não sabe votar, ou, em versão mais otimista, ainda não aprendeu a votar”. (GOMES, 2001, p.32)

Com efeito, o resultado concreto da propagação dessa ideia no interior da sociedade foi o crescimento gradual de perspectivas que apregoavam ser razoável suprimir o voto, pela justificativa de que o povo não sabe votar. Esse crescimento possibilitou, inclusive, a derrubada do regime democrático em 1964, em nome da “boa política”. (GOMES, 2001, p. 32)

A análise do populismo, nesse momento, estava inserida em um processo nacional mais amplo, que se convencionou determinar de nacional desenvolvimentismo, em que o Brasil realizava a transição de uma economia de base agrário-exportadora para uma de base urbano-industrial, fazendo com que o populismo fosse um epifenômeno deste processo. (FERREIRA, 2001) É a partir desse ponto que novos autores, que se agrupam em torno desse tema, naquela que ficou conhecida como a primeira geração, dentre eles, o professor da Universidade de São Paulo, Otávio Ianni afirma que

por um lado há o surgimento de populações recém-chegadas do mundo rural que não dispõem de condições psicossociais ou horizonte cultural para um adequado comportamento urbano e democrático, por outro, a sociedade carece de instituições políticas sólidas, a exemplo de um sistema partidário. (IANNI, 1989, p. 56)

Ianni, com esse entendimento, transforma o conceito em algo quase universal, como uma categoria não apenas brasileira ou latino-americana, mas como um aspecto inerente a uma fase intermediária de transformação capitalista. (IANNI, 1989) Fase intermediária esta que, no caso brasileiro, se inicia em 1945, com o fim do Estado Novo, e termina, segundo Ianni (1989), com a eclosão do golpe de 1964, que é inclusive o resultado do esgotamento desse modelo. A respeito dessa questão, Jorge Ferreira (2001) resume a forma como a primeira geração conceituou o populismo:

o populismo ocorreu, sobretudo, a partir de 1945, pois com o fim do Estado Novo o país conheceu, no plano político, um mínimo de probidade nas eleições e, no plano econômico, uma industrialização mais consistente. Assim, o populismo, como uma ideologia pequeno-burguesa, procurou mobilizar politicamente “as massas” nos períodos iniciais da industrialização. Além disso, os assalariados não apresentavam a “consciência de classe” que caracterizava os trabalhadores providos de longas tradições de lutas, uma vez que as classes sociais ainda não tinham se configurado. Resumindo, a classe trabalhadora apresentava-se como “povo em estado embrionário”. São trabalhadores com escasso “treino partidário” e “tímida consciência de direitos”, o que os tornava “incapazes” de exercer influência sobre os políticos populistas. (FERREIRA, 2001, p. 69)

Essa análise pode também ser transposta ao caso de Montes Claros, na década de 1980. Embora tenha sido em outro momento, a cidade teve essa transição intensificada nas décadas de 1960 e 1970, devido ao advento da Sudene, como já demonstrado anteriormente.

E esse entendimento também se manteve na denominada segunda geração de autores que se debruçaram sobre o tema populismo, avançando sobre alguns pontos críticos, como caráter universal, mas mantendo certas premissas. O principal expoente dessa nova geração é Francisco Weffort, e sua principal obra é “O populismo na política brasileira”, que foi escrita para compor a revista *Les temps modernes*, à época dirigida pelo filósofo francês Jean Paul Sartre. (GOMES, 2001) O primeiro questionamento levantado por essa geração foi no sentido de se afirmar que essa nova classe operária urbana poderia sim ser agente da história, indo contra a perspectiva de Ianni, porém, entendendo que ela possuía apenas certo grau de independência política. (WEFFORT, 1989)

Dessa forma, era necessário um “Estado de Compromisso” entre a liderança populista e as massas, sendo, portanto, um estilo de governo e uma política de massas. (WEFFORT, 1989)

Assim, fica evidente, mais uma vez, a inspiração gramsciana nesse conceito de “Estado de Compromisso”, conforme demonstra Gomes (2001):

Numa perspectiva teórica de sabor gramsciano, o autor proporá o conceito, que terá largo trânsito, de Estado de compromisso, que é também um Estado de massas. Ou seja, a idéia do compromisso remeteria a duas frentes que estabeleceriam, ao mesmo tempo, seus limites e potencialidades. Um compromisso junto aos grupos dominantes, consagrando um equilíbrio instável e abrindo espaço para a emergência do poder pessoal do líder que passa a se confundir com o Estado como instituição; e um compromisso entre o Estado/Príncipe e as classes populares, que passam a integrar, de forma subordinada, o cenário político nacional. Estilo de governo e política de massas integrando o núcleo do que seria o populismo da política brasileira. (GOMES, 2001, p. 38)

É sob esse cenário que se apresenta a tríade que constituirá na ideia central de Weffort, de que o sucesso do populismo se deve à repressão estatal, manipulação política e satisfação de algumas demandas da classe trabalhadora, reforçando a ideia do compromisso e instituindo o

estabelecimento do chamado pacto populista, que era a visão de que os trabalhadores, devido a tal satisfação, aceitariam a submissão política ao líder. (WEFFORT, 1989) Essa visão continha uma crítica clara não só aos líderes populistas, mas também à incapacidade da classe trabalhadora de desenvolver sua consciência de classe, devido ao atendimento de algumas demandas secundárias. (WEFFORT, 1989)

De tal modo, há um retorno à visão da antiga geração que retira da classe operária a capacidade de criar a história, pois, de acordo com essa visão, “os setores populares não são concebidos como atores/sujeitos (...) mas sim como destinatários/objetos”, portanto, as massas estariam sendo efetivamente “enganadas ou ao menos desviadas de uma opção consciente”. (GOMES, 2001, p.39) Essa crítica à classe trabalhadora é implicitamente voltada àqueles que deveriam dirigi-la, ou seja, ao movimento sindical.

A partir dessa premissa desenvolveu-se a chamada teoria do cupulismo, que explicaria o porquê da passividade da classe trabalhadora frente à liderança populista. A teoria cupulista afirma que os trabalhadores teriam sido “reféns das políticas ditadas pelas suas lideranças” que ou eram pelegas, isto é, ligadas ao regime varguista e ao PTB, ou eram dos partidos comunistas que cometiam o erro de se aliar aos sindicatos petebistas. (COSTA, 1999, p. 90) Essa teoria cupulista explicaria também a incapacidade do movimento sindical em resistir ao golpe militar de 1964. (FERREIRA, 2001)

Outra ideia que também será esposada por vários autores que defendem o ideário clássico do populismo, isto é, são norteados pelas teorias dos autores da primeira e segunda geração, será a do caráter messiânico do líder populista.

A filósofa Marilena Chauí (1994), também oriunda da Universidade de São Paulo, analisa que o populismo possui suas origens em raízes “teológico-políticas”, em que “há uma relação de *feedback* entre mitologia e sociedade, sociedade e mitologia”. (CHAUÍ, 1994, p. 27) Em relação a isso, pode-se depreender que no populismo há necessariamente uma relação em que existe um ser superior (o líder populista) e um inferior (o povo), o que cria uma relação de eminente “obediência” entre eles, tal qual na perspectiva teológica. (CHAUÍ, 1994, p. 27)

A autora prossegue esclarecendo, portanto, que o populismo teria seis características fundamentais; 1) trata-se de um poder sem mediações políticas; 2) existe uma relação de tutela; 3) caracteriza-se por um poder transcendental; 4) ocorre a dominação carismática nos moldes tipológicos weberianos; 5) exerce-se esse poder de modo autocrático; e 6) “sendo despótico, teológico e autocrático, o poder populista é uma forma de autoritarismo”. (CHAUÍ, 1994, p. 20)

A clássica teoria do populismo brasileiro, em suas duas gerações e em vários de seus adeptos, preconiza, em maior ou menor medida, que este só foi possível devido à existência de uma classe operária passiva, em um determinado período histórico, ou seja, entre 1945 e 1964, por se encontrar desarticulada e tutelada pelo Estado, devido à satisfação de algumas demandas pontuais. Essa ideia não só encontrará inúmeros seguidores no universo acadêmico, conforme já expusemos, mas também será duramente criticada nesse mesmo ambiente. (GOMES 2001)

Como exemplo, uma das primeiras críticas que atingiu a credibilidade desse conceito foi a falta de precisão, pois a partir de tais premissas essa categoria abrangia lideranças das mais variadas matrizes ideológicas, já que políticos tão diferentes entre si como Getúlio Vargas e Jânio Quadros foram definidos como populistas. (GOMES, 2001)

Além disso, a flexibilidade do termo possibilitou o seu transporte a outros períodos históricos, como já visto. Por exemplo, Evelina Oliveira (2000) e Marcelo Ferreira (2002) o fizeram no caso montesclarenses da década de 1980, para tanto, recorreram às demais premissas de Ianni e Weffort, e também à obra de Saes (1994) que preconiza a “reemergência do populismo” no Brasil durante a década de 1990. (GOMES, 2001, p. 46)

Entretanto, este não seria o principal problema em relação a esse conceito, pois transportar um conceito a outros momentos históricos é um exercício de reavivá-lo, de oxigená-lo.

O principal problema do conceito populismo é a condição *sine qua non* da existência de um povo apático, passivo e manipulado, que não possui papel ativo no desenvolvimento da história. Essa crítica, sim, possui maior consistência, e se intensifica a partir das discussões acadêmicas na década de 1980, envoltas em uma nova inspiração marxista, encontrada principalmente na obra do autor inglês Edward P. Thompson. (GOMES, 2001)

Da mesma forma Oliveira (2000) e Ferreira (2002) recorreram a essa premissa para considerar o caso de Montes Claros como exemplo de populismo. A referência de ambos às obras de Ianni e Weffort também se expressa na maneira em que analisam a participação popular. Em Oliveira (2000) a referência se dá quando afirma que

“A organização do poder no Norte de Minas inibe, pelo autoritarismo oligárquico, pela política dos coronéis e ainda através de lideranças populistas, a expressão dos interesses populares.”(OLIVEIRA, 2000, p. 127)

Já Ferreira (2002) afirma, explicitamente, ter se embasado nos “referenciais teóricos” de Ianni e Weffort para buscar compreender a realidade montesclarenses “a partir do final da década de 1970”. (FERREIRA, 2002, p. 12)

A evolução desses elementos nos permite identificar um terceiro na configuração das relações políticas em Montes Claros, isto a partir do final da década de 1970: a participação dos setores populares nos negócios públicos via políticas sociais, que se convencionou chamar no Brasil de “populismo”.

O termo “populismo” nos permite abordá-lo de várias formas. A primeira é a sua construção como elemento que surge nos períodos de crise política e econômica, no qual o pacto social/político e a emergência das massas urbanas requerem um novo tipo de liderança pautada no indivíduo dotado de qualidades de oratória capaz de seduzir as massas e, ao mesmo tempo, controlá-las. Essa análise (...) tem como referenciais teóricos básicos as obras de Octávio Ianni e Francisco Corrêa Weffort. (FERREIRA, 2002, pp. 11-12)

O grave problema da perspectiva clássica é que ela, inspirada em certo marxismo, invoca uma visão teleológica da classe trabalhadora que, de modo determinista, teria um caminho natural a seguir, a partir do desenvolvimento da consciência de classe. Tal caminho seria objetivamente a busca pela revolução socialista, e qualquer coisa diferente disso seria um desvio (inaceitável para muitos desses marxistas) desse caminho. (FERREIRA, 2001) Logo, a manipulação ocorria na medida em que o povo era desviado desse caminho, e envolto em novas perspectivas, pelo simples atendimento, ou satisfação, na ótica de Weffort (1989), de determinadas demandas materiais, como, por exemplo, os direitos trabalhistas garantidos na era Vargas. (FERREIRA, 2001)

O debate apresentado por Thompson vem para desmitificar esse suposto caminho natural e apresentar como os aspectos do vivido, isto é, a experiência, por homens e mulheres que vinham “de baixo”, também era fruto de ações conscientes de sujeitos ativos que interferiam nos seus destinos. (THOMPSON, 1981) Desse modo, Thompson afirma em relação à experiência que

os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo [experiência] – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida [...] agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, p. 182)

Portanto, Thompson critica a validade do marxismo estruturalista que vê, apenas no aspecto estrutural, o que determinava as condutas da classe operária, e vê na experiência e, conseqüentemente, na cultura, outras maneiras de atingir sua consciência. (THOMPSON, 1981)

Dessa forma a classe operária possuía uma racionalidade em seus movimentos, se tornando um sujeito ativo da história, e desenvolvendo suas estratégias de modo a atingir seus objetivos, retirando de certa forma o aspecto manipulador dessa relação com a elite. (THOMPSON, 1987) Sobre essa questão, vejamos o que diz Thompson:

Quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus (THOMPSON, 1987, p. 9)

Todavia essas estratégias se davam em um contexto de força desigual. Portanto, havia momentos de avanço e momentos de recuo, mas, em ambas as situações, eles ocorriam devido a uma clara compreensão estratégica, que não era fruto de teorização, mas do efetivamente vivido, que era para o autor nada mais que a luta de classes. (THOMPSON, 1987) Então, para esse autor, não era a consciência que precedia a luta de classes, mas o contrário e, nesta, a classe trabalhadora atuava com as armas que acreditava ter em suas mãos. (THOMPSON, 1987)

Essa perspectiva altera profundamente a maneira com a qual os historiadores analisam a situação da classe trabalhadora, fenômeno que também ocorre no Brasil e produz como resultado uma nova visita ao conceito de populismo, desta vez de maneira bem crítica. Dessa maneira, há uma transformação nos estudos da classe trabalhadora, que, em vez de analisar as lideranças, os sindicatos e os partidos, lançam o seu olhar efetivamente aos trabalhadores, inclusive e principalmente, àqueles que não atuavam dentro dessas organizações. (COSTA, 2001)

Tais estudos contribuem para a derrubada da visão de passividade da classe trabalhadora frente às lideranças vistas como populistas, quebrando o conceito de manipulação. Dessa forma, se no período da chamada democracia populista tem que se atender a determinadas demandas da classe trabalhadora, não é para satisfazer a vontade de quem está na liderança, mas pela pressão ativa e consciente dos trabalhadores. (COSTA, 2001)

Essa nova visão possibilita a novos autores questionar o conceito de populismo como um todo. Sobre a questão, Gomes (2002) propõe a redefinição dessa perspectiva, abandonando o populismo e substituindo-o por pacto trabalhista.

O trabalhismo deve ser entendido como se constituindo de um conjunto de idéias, valores, símbolos, rituais e vocabulários que passa a se solidificar especificamente a partir da década de 1940. Desde então, começa a circular num circuito que comunica setores de elite com setores populares, ganhando sentidos específicos em cada um desses pólos, em diferentes conjunturas políticas. É evidente que, como ideologia e projeto políticos, o trabalhismo lança raízes na experiência do movimento operário e sindical da Primeira República, no sentido thompsoniano. Ou seja, se a tradição é inventada no pós-1930, não o é de forma fortuita, arbitrária e a partir do nada. Seu poder de significação e mobilização (a “comunidade de sentidos” que logrou estabelecer) veio justamente da releitura que as elites políticas do pós-1930 realizaram do que ocorreu no terreno das lutas dos trabalhadores, antes de 1930. [...] Ademais, pode-se verificar que, como tradição, o trabalhismo será apropriado e reinventado no pós-1945, tanto por setores sindicais e populares, quanto por setores das elites

políticas, especialmente as dos partidos trabalhistas, com destaque para as do PTB (GOMES, 2002, pp. 67-68).

Para a autora, a substituição por trabalhismo ainda era mais necessária, pois devido à conotação pejorativa que o termo populismo adquiriu, este passou a rebaixar a política brasileira, pois sempre esteve vinculado à “desesperança e ao ceticismo”. (GOMES, 2002, p. 67) Tal opinião foi compartilhada por Aarão Reis (2001), que afirmou que a tradição trabalhista, marcada pelas bandeiras sociais, lutas políticas reformistas e nacionalistas e principalmente pelo crescente aumento da participação das massas populares nos processos decisórios, fora rebatizada como populismo de modo a rebaixá-la e estigmatizá-la, por interesses conservadores que possuíam ojeriza a tais marcas.

No mesmo sentido Ferreira (2001), relembra inclusive que no início da utilização do termo populismo, este era elogioso e significava que determinado político tinha sensibilidade social e vínculos com os interesses populares, porém, foi progressivamente sendo desconstruído a fim de atender aos preceitos daqueles que eram seus opositores. Rumando em outra direção, outros autores, embasados na teoria de Thompson, buscaram dar nova significação ao termo populismo.

As análises de Thompson para compreender a classe operária inglesa serviriam para “reproblematizar os anos populistas”. (SILVA E COSTA, 2001, p. 224)

Por outro lado, a obra de Thompson sobre paternalismo, cultura plebéia e estilo retórico e ritualístico da justiça na Inglaterra do século XVIII demorou a ser um convite para reproblematizar os “anos populistas”. Certamente, são flagrantes as diferenças entre as peculiaridades da sociedade inglesa dos setecentos e as condições históricas do populismo brasileiro. Porém, alguns princípios gerais da noção de hegemonia utilizada por Thompson permitem perceber como os trabalhadores retiravam da ideologia formal do “modelo paternalista” os recursos necessários às suas demandas e lutas, utilizando-o como algo que pertencia ao seu patrimônio adquirido. Se tal modelo era mais generalizante, a apropriação que dele era feita pelos “de baixo” tinha um caráter seletivo, aproveitando noções de justiça social e re-significando-as conforme suas experiências e expectativas (SILVA e COSTA, 2001, p. 224)

No mesmo sentido avança Fortes (2010), para quem a perspectiva de Thompson possibilita que o conceito de populismo denote uma nova significação que represente “uma ênfase no protagonismo popular, uma perspectiva democrática radical (mas ainda não socialista)”, de modo que possibilite a essa categoria validade, porém, descartando completamente a ideia de “manipulação ou de desvio de uma consciência política ideal”. (2010, p. 190)

Considerações finais

A partir da apresentação do desenrolar desse debate acerca do populismo e contextualizando a situação no município de Montes Claros (MG), o presente trabalho procura demonstrar o quanto a academia avançou em relação a esse fenômeno.

Sem desconsiderar a grande contribuição que autores como Ianni, Welfort e Chauí deram para a compreensão dessa categoria analítica este artigo busca advogar a ideia que alguns dos preceitos expostos em suas obras não condizem com a realidade do movimento da sociedade e conseqüentemente não se ajustam ao caso ora exposto no interior de Minas Gerais na década de 1980. Especialmente quando estes teorizam em relação a uma classe trabalhadora passiva e sob a tutela da liderança populista.

O presente trabalho busca enquadrar-se na ótica thompsoniana que entende tal relação sob a perspectiva de um movimento constante de negociação entre atores de força diferenciada. Baseado em tal perspectiva, o populismo deixa de ser um “fenômeno de fora para dentro (...) ou uma ideologia que implicaria manipulação externa” e passaria a ser entendido a partir de agora como um “sistema político, ou seja, uma conjugação complexa e sofisticada de interesses e disputas entre atores desiguais”, porém, sempre levando em conta a constante necessidade da “reciprocidade e negociação, na qual as classes populares estiveram presentes de forma decisiva”. (FONTES e DUARTE, 2004, pp. 111, 112)

Em outros termos, o populismo, portanto, renova-se enquanto conceito e deixa de ser “a expressão do atraso de uma classe dominada” e torna-se a “expressão do momento em que o poder articulatório desta classe se impõe hegemonicamente sobre o resto da sociedade”. (LACLAU, 1979, p. 201) É partir desse novo viés que se julga correto o enquadramento do caso de Montes Claros, na década de 1980, na categoria de populismo.

Referências

- AARÃO REIS, Daniel. *“O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita”*. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001
- BOBBIO, Norberto. *O marxismo e o Estado*. Editora Graal, Rio de Janeiro, 1979.
- BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo na história do pensamento político*. Brasília, Editora da UnB, 1980.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1986.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados*. In: DAGNINO, Evelina (org.) *Os anos 90: Política e sociedade no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1994

- COELHO, Roseli. Social democracia: formas e reformas. São Paulo: Humanitas, 2001.
- COSTA, Emilia Viotti. Da Monarquia a República: Momentos decisivos. São Paulo: Editora da UNESP, 1999
- DELGADO, Tarcisio. *A história de um rebelde: 40 anos, 1966-2006*. Brasília. Fundação Ulisses Guimarães, 2006.
- DUARTE, Adriano; FONTES, Paulo. O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Moca e São Miguel Paulista, 1947-1953. Caderno AEL. Campinas: Unicamp, v. 11, n. 20/21, 2004
- FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001
- FERREIRA, Marcelo Valmor: *Cidade de Porte Médio e Populismo: Montes Claros, um estudo de caso*. Belo Horizonte, 2002.
- FORTES, Alexandre. Formação de classe e participação política: E. P. Thompson e o populismo. Anos 90. Porto Alegre: UFRGS, v. 17, n. 31, p. 173-195, jul. 2010.
- FRANÇA, Iara Soares de. SOARES, Beatriz Ribeiro. A cidade média e suas centralidades: O exemplo de Montes Claros no norte de Minas Gerais. Uberlândia. UFU, 2007
- GOMES, Ângela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. In: FERREIRA, Jorge (Org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001
- GOMES, Ângela de Castro. Reflexões em torno de populismo e trabalhismo. *Vária História*, Belo Horizonte, nº 28, dezembro 2002, p. 55-68.
- GUIMARÃES, Jorge Tadeu. *Faces do Legislativo*. Montes Claros. Sociedade Editorial Arapuim, 1997.
- IANNI, Octavio. A formação do Estado populista na América Latina 2. Ed. São Paulo: Ática, 1989.
- LACLAU, Ernesto. Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de. *Nova cidade, velha política: poder local e desenvolvimento regional na área mineira do Nordeste*. Maceió. EDUFAL, 2000.
- PITKIN, Hanna Fenichel. *Representação: Palavras, Instituições e Ideias*. Lua Nova. CEDEC, São Paulo, n. 67, 2006
- SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. “Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes”. In: FERREIRA, Jorge (Org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001
- STEINBERGER, Marília & BRUNA, Gilda Collet. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. In: ANDRADE, Thompson Almeida & SERRA, Rodrigo Valente (orgs.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p. 35-77.
- THOMPSON, Edward P. A Miséria da Teoria, ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. (3vols.) Trad. Denise Bottmann (vols. I e III); Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida (vol. II). São Paulo, Paz e Terra, 1987
- WEFFORT, F. O populismo na política brasileira. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989
- WEFFORT, F. C. (org.). *Os Clássicos da Política*. São Paulo: Ática, 2006